



AVANÇO DA ECONOMIA E AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DEPENDEM DE MELHOR INFRA-ESTRUTURA E REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Economia - Brasil

INVESTIMENTOS

RECEITA PARA DESLANCHAR

Durante a campanha ao Palácio do Planalto, foram muitas as promessas de forte crescimento econômico do país. Mas quem acompanha o dia-a-dia da economia sabe que, para o discurso se tornar realidade, o próximo presidente da República terá de encarar entraves estruturais que têm condenado o Brasil a pífios vôos de galinha. Entre esses gargalos, está o baixo nível de investimentos do governo e do setor produtivo, de apenas 20,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Muita gentecreditava que somente a queda das taxas de juros seria suficiente para que as empresas retirassem das prateleiras os projetos de expansão previstos nos últimos anos", afirma Sandra Utsumi, economista-chefe do Banco BES Investimentos. "Pois os juros (13,75% ao ano) caíram ao nível mais baixo desde 1986, quando a taxa básica (Selic) foi criada, e pouco se viu em termos de investimentos. Isso comprova que os problemas para o país crescer vão muito além dos juros altos", acrescenta.

Na opinião de Maristela Ansanelli, os investimentos produtivos no Brasil são baixos por vários motivos. A carga tributária é alta de demais, consumindo quase 40% das riquezas geradas pelo setor

privado. O elevado volume de tributos decorre do descontrole de gastos do setor público. Mesmo retirando tanto da sociedade, o governo só consegue destinar 0,3% PIB para obras de infra-estrutura. Além da ineficiência do Estado, as empresas são obrigadas a conviver com marcos regulatórios frágeis, que estimulam a inssegurança jurídica. Há, ainda, as leis trabalhistas ultrapassadas, que encaram a mão-de-obra. "Ou seja, muita coisa conspira contra o investimento", diz.

Poupança menor

Para que o Brasil consiga crescer a taxas superiores a 5% ao ano, como prometem os candidatos Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), será necessário ampliar a taxa de investimentos para pelo menos 25% do PIB, ressalta Wladimir Carramashi, economista-chefe do Banco Fator. "O problema é alcançar esse patamar diante de tantos entraves", assinala. Não é à toa que os especialistas vêm cobrando, com tanta ênfase, a necessidade de o futuro presidente conseguir

uma base parlamentar sólida no Congresso para aprovar reformas estruturais que dêem maior dinamismo e segurança à economia.

Marcelo Voss, economista-chefe da Corretora Liquidez, reconhece que a taxa de investimentos de



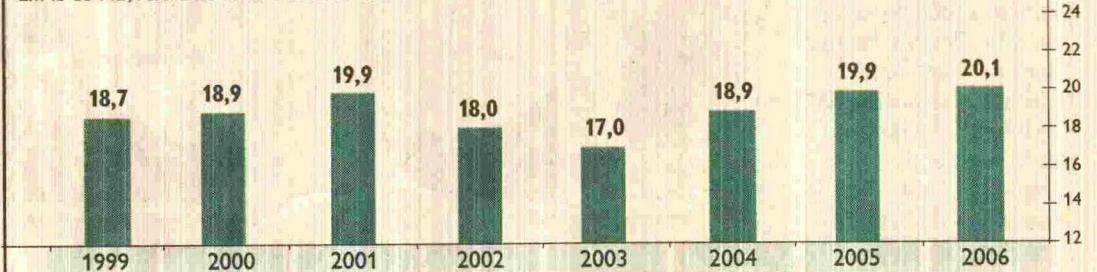
ZEINA LATIF, DO BANCO REAL: TAXA DE POUPANÇA PRECISA CRESCER PARA ESTIMULAR INVESTIMENTOS

FALTAM RECURSOS PARA CRESCER

Brasil se ressente das baixas taxas de investimentos do governo e do setor produtivo. Nível de poupança para sustentar PIB é muito baixo

INVESTIMENTOS

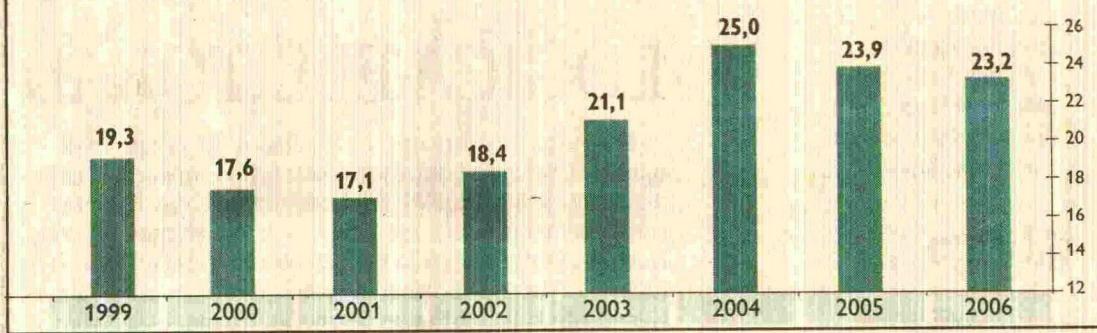
Em % do PIB, referente ao 2º trimestre de cada ano



Fonte: IBGE e Iedi

POUPANÇA

Em % do PIB, referente ao 2º trimestre de cada ano



Fonte: IBGE e Iedi

20,1% do PIB registrada no segundo trimestre de 2006 já representa um avanço, sobretudo quando comparada aos 17% verificados no mesmo período de 2003. Mas, da forma como está estruturado o país hoje, é difícil imaginar que a taxa de investimentos se eleve na velocidade desejada. O nível de poupança do Brasil, fundamental para sustentar a ampliação da produção, do emprego e da renda, está em queda. O governo, em vez de ter dinheiro de sobra para tocar obras, contabiliza um rombo de 3,5% do PIB (cerca de R\$ 70 bilhões por ano).

O país também não está contando com a poupança externa — é exportador de capitais por meio dos superávits em transações correntes com o mercado internacional. É verdade que os

saldos positivos nas contas externas têm sido fundamentais para proteger o Brasil de choques vindos de fora. Mas esses superávits não poderão se prolongar por muito tempo, pois o país precisa de poupança externa para crescer. Há, ainda, a questão das famílias que, depois de um longo período com o poder aquisitivo em queda, estão consumindo mais. "O ideal é que a taxa de poupança aumente para estimular os investimentos. Isso exige, porém, um governo menos perdulário, para que todo peso de incrementar a economia não recaia apenas sobre o setor privado. Não será uma tarefa fácil para o próximo presidente", reconhece Zeina Latif, economista-chefe do Banco Real ABN Amro. (Vicente Nunes)

SERVIDORES

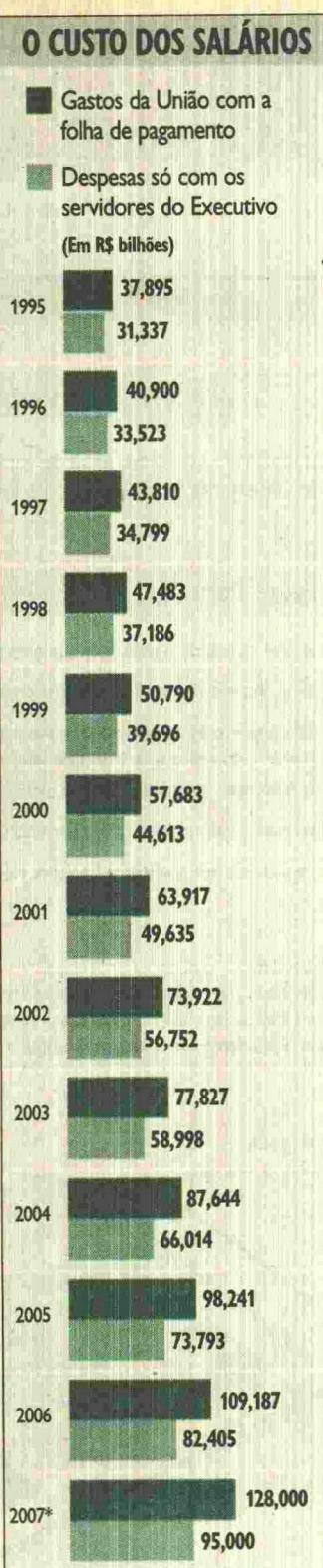
PLANOS DE CARREIRAS

Cedendo à pressão dos servidores em ano eleitoral, o governo do presidente Lula elevou salários e comprometeu boa parte dos recursos para os próximos anos com reajustes. Só a folha de pagamento dos funcionários do executivo sairá 15% mais cara em 2007. A União terá de desembolsar R\$ 12,5 bilhões a mais do que em 2006 para arcar com os benefícios concedidos com a edição de nove medidas provisórias antes do prazo máximo legal permitido para reajustar salários (veja quadro ao lado). O Congresso aprovou as medidas e a maioria já trouxe aumentos este ano. O incremento na folha em 2006 foi de R\$ 8,6 bilhões em relação ao ano passado. Os gastos em 2007 estão previstos em R\$ 95 bilhões — 74% do total gasto pela União com a folha de pagamentos.

Pressão

Mesmo com os reajustes generosos, a pressão dos servidores deve continuar. Novas greves não estão descartadas. As reivindicações são as mesmas. A realização de concursos públicos — 81.355 vagas foram autorizadas nos quatro anos de governo —, por exemplo, não foram suficientes para substituir os terceirizados, item que estará no topo das reivindicações em 2007. Eles cobram mais concursos. Até agora, 2.402 vagas estão autorizadas para serem ocupadas por meio de novas seleções em 2007.

O funcionalismo promete continuar a luta pela implementação das carreiras, antiga reivindicação dos servidores. Pelos dados da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef), são mais de 700 tabelas salariais só no Executivo. Os trabalhadores querem extinguir as gratificações e incorporá-las aos salários, garantindo isonomia no momento da aposentadoria. A paridade entre aposentados e ativos também lidera a lista das reivindicações. (Mariana Flores)



*estimativa do Ministério do Planejamento

Editoria de Arte/CB